

Renegociação depende da sucessão

Brasília — O Brasil deveria renegociar sua dívida de maneira mais ampla, mas os credores só admitirão iniciar este processo quando estiver perfeitamente definido o perfil do Governo que sucederá o atual. As autoridades econômicas desejam, no fundo, uma renegociação mais ampla da dívida externa brasileira, mas não podem fazê-la por dois motivos: a comunidade econômica financeira internacional quer a certeza de que o país cumprirá suas metas econômicas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI); e quer, também uma definição sobre o panorama político do país, após o governo Figueiredo.

Estas foram as opiniões dadas pelo do Senador Roberto Campos (PDS-MT), ao deixar ontem o gabinete do Ministro da Fazenda, Ernane Galvães. Exatamente pela indefinição da comunidade financeira internacional, que aguarda cautelosa os destinos políticos do país, Roberto Campos mostrou-se contrário a eleições diretas agora: "Se há sucessão, há interreg-

no de Governo, mas se as eleições forem diretas o horizonte de incertezas para eles seria muito maior", avaliou o senador governista.

Indefinição

Também o Deputado Pratini de Moraes (PDS-RS), que ontem esteve reunido com o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, concorda com o Senador Roberto Campos e comenta:

— Imagine que não se trate de um país, mas de uma empresa. Empresa esta que está terrivelmente endividada. Aí você vai ao agente financeiro pedir um empréstimo. A primeira pergunta que ele lhe fará será: quem é o presidente da empresa? Se você responder: é fulano mas vai ser substituído daqui a pouco e não sei por quem, o financiador certamente lhe dirá o que nos disseram os credores externos, ou seja, rolamos sua dívida até que a situação política se defina, depois conversamos".